

PERSPECTIVAS POSITIVISTAS E PÓS POSITIVISTAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: AS DIVERGÊNCIAS EPISTEMOLÓGICAS LEVARIAM A DISTINÇÕES EM SEU MODO DE FAZER CIÊNCIA?

Nathalia Rocha Carneiro Ferraz Braga

Mestranda em Relações Internacionais na Pontifica Universidade Católica do Rio de Janeiro.

RESUMO

O artigo aborda o debate entre positivistas e pós-positivistas nos estudos das relações internacionais, retratando sucintamente o desenvolvimento do campo de estudos das relações internacionais e como este debate se insere no desenvolvimento teórico do campo. A hipótese desenvolvida nesse trabalho é a de que as distinções ontológicas e epistemológicas existentes entre positivistas e pós-positivistas nas relações internacionais não acarretaria em distinções expressivas na metodologia e nos resultados concretos das pesquisas dos mesmos.

Palavras-chaves: positivismo; epistemologia; metodologia.

ABSTRACT

The article discusses the debate between positivists and post-positivists in studies of international relations. Succinctly portraying the development of the field of study of international relations and how this debate fits into the theoretical development of the field. The hypothesis developed in this paper is that the ontological and epistemological distinctions that exist between positivists and post-positivists in international relations do not lead to significant distinctions in methodology and the concrete results on the researches.

Key-words: positivism; epistemology; metodology.

Introdução

As relações internacionais como área de estudo é algo muito novo, remonta ao início do século XX, por isso mesmo, pode se afirmar que se trata de um campo jovem e com diversas questões em aberto e muitas perguntas sem respostas consensualmente aceitas.

Nos últimos vinte anos, o campo se abriu a discussões de teor epistemológico, em especial entre positivistas e pós-positivistas. Entre as diversas formas que se pode retratar o desenvolvimento dos estudos e correntes em relações internacionais, uma das alegorias mais usadas é a dos debates. De acordo com tal alegoria o desenvolvimento das relações internacionais teria se dado por meio de debates entre correntes teóricas distintas que tentavam explicar o sistema internacional. O primeiro debate entre realistas e idealistas, o

segundo entre behavioristas e tradicionalistas e o terceiro debate entre reflexivistas e racionalistas, também denominados pós-positivistas e positivistas, respectivamente.

O foco do presente trabalho está no dito terceiro debate. Há muitas posições divergentes sobre este debate: alguns apontam para sua superação, outros nem reconhecem sua validade, mas a hipótese aqui levantada é que, apesar de existirem muitas divergências epistemológicas entre as visões positivista e pós-positivista e tal debate ser válido, essas divergências não acarretam em diferenças práticas nos principais métodos de condução da pesquisa, ou em seus resultados práticos, na área das relações internacionais.

1. O desenvolvimento das relações internacionais como área de estudo

O desenvolvimento da disciplina relações internacionais costuma ser estudado através da alegoria dos debates. O primeiro debate, contextualizado no período da Grande Depressão do pós I Guerra Mundial, foi marcado pelas divergências entre realistas e idealistas. Os horrores da Grande Guerra foram os grandes motivadores da fundação dos estudos internacionais, que focavam nos estudos sobre a guerra e modos de evitá-la.

O modo inédito como a I Guerra Mundial afetou as populações dos países envolvidos acabou com a opinião antes dominante de que a guerra seria um tema que afetaria unicamente soldados e chefes de estados; começou a partir deste momento uma campanha pela popularização da política internacional e dos estudos sobre o tema. Os chamados idealistas formavam este primeiro grupo de estudiosos que, a partir de suas motivações normativas, construíram estudos mais voltados ao dever-ser do que a realidade em si, (CARR, 2001).

Nas palavras de MacIver (1917):

Não podemos estudar nem mesmo estrelas, rochas ou átomos sem estarmos de alguma forma condicionados pelos interesses humanos diretos, seja em forma de sistematização, na proeminência dada a uma ou outra parte do nosso assunto, ou na forma de perguntas que fazemos e tentamos responder.

Os idealistas, ou utópicos, visavam pacificar e racionalizar a política internacional e desenvolveram tratados e órgãos com tal finalidade. Exemplos expressivos de tais tentativas são "Os Catorze pontos" escritos por Woodrow Wilson em 1918 e a Liga das Nações.

Os Catorze pontos de Woodrow Wilson eram guias para a reconstrução da Europa no pós I Guerra Mundial a fim de evitar novos ressentimentos e possíveis motivos para guerras futuras. Entre os principais pontos estavam a publicidade dos acordos internacionais,

acabando com a diplomacia secreta; a redução dos armamentos nacionais; o reconhecimento da autonomia de diversos territórios ocupados à época e a criação da Liga das Nações. 1

A Liga das Nações, ou Sociedade das Nações, foi um organismo internacional criado pelo Tratado de Versalhes, assinado ao final da I Guerra Mundial em 1919. O organismo deveria reunir todas as nações autônomas e se tornar um fórum para resolução pacífica de conflitos. Por vários motivos este objetivo principal não foi alcançado e a Liga deixou de atuar por volta de 1942, passando suas responsabilidades a Organização das Nações Unidas (ONU) em 1946.

Com o advento da II Guerra Mundial a visão idealista da política internacional passou a ser vista como perigosa, já que não conseguiu perceber os sinais que anunciavam a próxima guerra mundial. Com o fracasso das tentativas idealistas de evitar as guerras, a reação dos estudiosos da política mundial foi voltar-se para estudos mais baseados em noções materiais, como a de poder e interesses que norteavam as ações dos Estados, que na época eram considerados os únicos atores do sistema internacional; neste momento o realismo ganha força nos estudos das relações internacionais.

Pode se afirmar, então, que o primeiro debate teórico nas relações internacionais foi um debate de fundo ontológico, discutia-se o que deveria ser estudado: o dever- ser com os idealistas ou o ser com os realistas.

A visão realista do sistema internacional, baseada principalmente em questões de segurança e no poder militar, permanece dominante até meados da década de sessenta. A partir desta década muitos acontecimentos na esfera internacional começam a desafiar o domínio do realismo, entre eles está o processo de descolonização, que trouxe novos Estados ao sistema que reivindicavam uma mudança no foco da política mundial de temas de segurança e defesa para temas de desenvolvimento. Houve também a inserção de atores de outros tipos para além dos estatais na política internacional, o crescimento no número e influencia de empresas multinacionais e organizações internacionais não governamentais questionou um dos alicerces do realismo que seria a centralidade do Estado (NOGUEIRA & MESSARI, 2005).

Com a revolução behaviorista nas ciências sociais da década de sessenta o debate passou a ser de caráter metodológico, o segundo grande debate entre behavioristas e tradicionalistas. Os behavioristas identificados com a academia norte-americana e com o realismo; e os tradicionalistas com a Escola Inglesa e a visão liberal institucionalista.

¹ Anexo I: lista de todos os "Catorze Pontos" de Woodrow Wilson.

Ao contrário do realismo, o liberalismo não considerava o Estado um ator unitário, dessa forma considerava fatores internos aos Estados como questões políticas e econômicas além da lógica apenas do interesse nacional racional dos Estados e da sobrevivência como essenciais. Por isso o liberalismo conseguia tratar dos acontecimentos da época via conceitos como cooperação com outros agentes além dos Estados e a interdependência² internacional.

Neste mesmo período correntes marxistas de pensamento ganhavam força nas relações internacionais. A partir destas três visões distintas da organização das relações na esfera internacional, realismo, liberalismo e marxismo, se conformou o dito "debate interparadigmático" ³. Este momento ganhou este nome, pois, na época, estas três visões eram tidas como paradigmas incomensuráveis, isto é, consideravam-se as divergências dentro da disciplina como de origem epistemológica, não metodológica, e sem vislumbre de consenso ou síntese entre elas. Houve um período de estagnação e falta de diálogo dentro da academia.

Foi a partir da década de oitenta que entraram nas relações internacionais temas já conhecidos de outras disciplinas, como questões de identidade e cultura. Houve uma nova análise do campo e percebeu-se que realistas e liberais tinham em comum o racionalismo (entendido aqui como clareza de programas de pesquisa, hipóteses, metodologia e critérios de inclusão e exclusão precisos e transparentes); enquanto as perspectivas mais reflexivistas (visto que eram vistos pela academia tradicional como pesquisadores de menor rigor e menos apoiados em dados empíricos concretos para apoiar suas conclusões), não tinham (NOGUEIRA & MESSARI, 2005). Nasce daí uma reorganização do terceiro debate, que passa a ser organizado como um debate entre racionalistas e reflexivistas, denominados também positivistas e pós-positivistas (LAPID, 1989). Ressalta-se aqui que a mudança do termo racionalista para positivista remete à origem do racionalismo de realistas e liberais, que é o positivismo. Assim como a mudança de reflexivista para pós-positivistas caracteriza como os próprios estudiosos reflexivistas veem o mundo e a ciência, negando o positivismo.

É nas correntes pós-positivistas que se situam as teorias feministas, as teorias críticas, as teorias pós-modernas, as pós-estruturalistas e as pós-colonialistas das relações internacionais. O que une tantas perspectivas distintas sob o mesmo guarda-chuva epistemológico é a negação ao positivismo.

² O conceito de interdependência nas relações internacionais foi introduzido pela obra Power and Interdependence, de Robert Keohane e Joseph Nye, em 1986.

³ Tal termo foi apresentado em um artigo Michael Banks intitulado *The Inter-paradigm debate. In: International Relations: A Handbook of Current Theory.* Light, M.; Groom, A. J. R. Londres: Francis Pinter, 1985.

2. O positivismo nas ciencias sociais e nas relações internacionais

Augusto Comte foi um dos primeiros pesquisadores a propor a utilização de métodos das ciências naturais para as ciências sociais. Em especial, Comte acreditava na observação como fonte de se extrair as regularidades presentes no mundo e, a partir delas, propor leis causais evolucionárias. Haveria de acordo com ele, uma unidade metodológica da ciência, (SMITH, 1996).

Mais tarde, seguindo a tradição anti-metafísica, ou seja, aderindo a alguns aspectos do pensamento comteano, o positivismo lógico se tornou dominante nos países falantes da língua inglesa. Tal visão acredita que afirmações só seriam cognitivamente significantes se fossem passíveis de verificá-las ou corroborá-las, via experimentação (LOSEE, 1972). No entanto, rejeitavam a visão comteana de leis causais reveladas, pois as considerava, de certa maneira, metafísicas e não empíricas.

Voltando-se ao domínio das relações internacionais, essa visão do positivismo lógico não consideraria possível estudar a estrutura do sistema internacional, ou traçar leis objetivas da natureza humana, pois todos estes fatores não seriam observáveis ou experimentáveis.

A versão mais recente do positivismo utilizado nas ciências sociais e nas relações internacionais se baseia em quatro pontos principais: i) naturalismo, isto é, (a tese da existência de uma unidade metodológica nas ciências; ii) distinção entre fatos e valores; fatos seriam teoricamente neutros, logo, seria possível o conhecimento objetivo apesar da observação ser subjetiva; iii) existência de regularidades no mundo - mesmo social - que possibilitaria a construção de modelos teóricos ; iv) a validação, via experimentação, determinaria o real, o objeto de estudo válido. No entanto, segundo os críticos seria a aplicação da epistemologia empiricista reduzindo enormemente a área de estudo (SMITH, 1996).

2.1 as posições epistemológicas positivistas nas ciencias sociais

O empiricismo considera a observação como crucial para o conhecimento, este seria desenvolvido via indução feita a partir da observação. Porém, tal condição apresenta as limitações mais clássicas do positivismo de maneira geral: sua visão de que apenas o que é observável faz parte do mundo social estudado exclui conceitos compreendidos e

compartilhados, além de levar a uma redução simplista dos fatores que formam o mundo social. Essa redução, não permite que se estudem as causas dos fenômenos observados, já que estas não são observáveis. Assim, pode se fazer predições, mas não se pode explicá-las. A crença na existência de observação neutra leva a uma ideia criticada sobre os sentidos como base primordial para o conhecimento, o que é questionado desde Platão, e nega a percepção e estudo de como as bases teóricas e conceituais anteriores influenciam qualquer trabalho científico.

A base racionalista aponta que apenas a observação não seria suficiente para conhecer, seria preciso fazer uso da razão para trabalhar as relações invisíveis entre os fatos observáveis. Uma verdade intuitiva estaria presente em todas as mentes, assim como a razão também está. Esta premissa baseia inúmeros aportes teóricos em relações internacionais, (KEOHANE, 1988).

As principais críticas feitas a essa base do positivismo advém da defesa de uma razão única, que todas as mentes chegariam aos mesmos resultados a partir do uso da razão; e que as leis criadas em um campo das ciências sociais seriam compatíveis ou, pelo menos aceitas, por todos os campos das ciências sociais. Algumas questões decorrentes de tais posições são: será que leis e pressupostos que regem a economia seriam compatíveis, viáveis e válidas para as relações internacionais? Além disso, esse uso da razão para interpretar as observações pressupõe um contato único com a realidade como ela é. Isso seria de fato possível? A observação neutra seria possível nas ciências sociais? (SMITH, 1996).

3. Pós-positivismo x positivismo nas relações internacionais

A maioria dos teóricos do chamado *mainstream* de relações internacionais são positivistas no sentido que concordam que muitas características do sistema internacional podem ser apreendidas objetivamente, apesar de serem em parte subjetivas. Pós-positivistas, por outro lado, argumentam que a realidade é socialmente construída e, portanto, subjetiva. Essa suposição enfraquece as teorias e explicações existentes, pois se não há realidade objetiva para estudar, as teorias existentes se tornam apenas reflexos das crenças e valores de seus autores.

Autores como Steve Smith e Yosef Lapin advogam que o predomínio do positivismo nas relações internacionais desde a década de 50 teria determinado uma visão unificada de ciência e tentado aplicar os métodos das ciências naturais nas ciências sociais. Apontam

também para o fato que os ditos debates do campo, incluindo o interparadigmático, teriam sido construídos em bases positivistas e, por isso mesmo, seriam várias visões de um mesmo mundo, não visões realmente inconciliáveis, como se dizia anteriormente. Ainda de acordo com Smith, o discurso⁴ de Keohane, no qual ele afirma que "sem teorias testáveis" seria impossível avaliar e comparar programas de pesquisa divergentes, é criticado por autores como sendo a confirmação de que o positivismo é colocado pela academia como "the implicit gold standard against which all approaches are evaluated". Sendo que tal critério seria completamente favorável à própria escolha implícita do autor, o positivismo empiricista.

A crítica a reificação do positivismo aponta que uma vez que uma base teórica é escolhida como padrão, é estabelecida como *common sense*, se daria a ligação entre teoria e prática (SMITH, 1996). Isto é, poderia se estipular de acordo com tal visão dominante o que é conhecido, sobre o que se deve pesquisar; definir limites práticos e teóricos a ação dos pesquisadores.

Pressupostos e linguagem tão diferentes entre as duas visões aqui analisadas e frequentes críticas sobre a seriedade dos estudos pós-positivistas por acadêmicos tradicionais faz com que exista relativamente pouco diálogo e entendimento entre essas visões epistemológicas.

Conclusão

Diante do reconhecimento que questões epistemológicas ocupam crescente espaço nos estudos e publicações de relações internacionais, o presente trabalho não se propõe a fazer mais críticas ou desmerecer nenhuma das perspectivas, mas sim a analisar se estas divergências epistemológicas em torno do positivismo acarretam diferenças práticas na condução e nos resultados das pesquisas, e se geram, quais seriam as consequências para os estudos da área.

O primeiro ponto de divergência analisado é a posição empiricista dos positivistas, indicada como causa de uma redução da matéria de estudo das relações internacionais, já que limita aos fatos observáveis e testáveis, como objeto possível da construção de conhecimento reconhecido como científico na área. Um questionamento possível para esta questão seria se de fato os pós-positivistas fazem escolhas epistemológicas prévias que favorecem o estudo de

⁴ Discurso de posse de Robert Keohane como presidente da *International Studies Association* (ISA) em 1988.

uma gama maior de objetos, ou se eles fazem tais escolhas para possibilitar o estudo de questões previamente escolhidas por motivações outras. Para os positivistas a direção desta relação causal não está clara e poderia apontar para os dois sentidos, mudando um pouco a situação dos pós-positivistas de não fazerem escolhas epistemológicas premeditadas.

A segunda questão abordada é a da observação. Apesar de ser defendida por positivistas e questionada pelos pós-positivistas, um fato impossível de refutar é que ambos utilizam da observação como um dos pontos de partido básico para seus estudos. Nas ciências sociais a observação ainda figura entre os meios inerentes de pesquisa na área, apesar de não estar sozinho, claro.

As próprias correntes pós-positivistas se refinaram e buscaram meios de aceitação e respeito na academia, e demonstraram que se utilizam também de instrumentos e parâmetros mínimos para aceitar algo como conhecimento válido, ou seja, nem tudo é aceito. Nota se aqui que fazer trabalho empírico não transforma ninguém em um empiricista no sentido filosófico do termo. E que há tanto nos parâmetros, quanto nos métodos adotados um empiricismo prático. A partir desta constatação, muito se questiona se seria possível ser de fato pós-positivista na prática científica.

Não são abordadas aqui tendências niilistas do pós-positivismo. Aquelas, que defendem que todo fazer científico seria apenas uma metanarrativa daqueles que se consideram em uma posição superior e querem ver como algo verdadeiro ou comprovado. Se encararmos o conhecimento desta forma, até a narrativa pós-positivista em questão poderia ser vista como apenas mais uma metanarrativa e, na ausência de parâmetros que diferencie formas aceitas e contestadas de conhecimento, o fazer científico perderia sua finalidade.

Apenas a desconstrução de narrativas não pode ser vista como um objetivo na ciência, pois quando esse trabalho de desconstrução acabar, o que se fará então? Quais benefícios tal postura traria para a ciência e para a sociedade?

Excetuando tais tendências niilistas, consideramos que todas as perspectivas, sejam elas positivistas ou não, propõe uma construção sobre o mundo. E pressupõe-se aqui também que todo autor e estudioso acredita que sua construção seja explicativa e correta; ninguém produz conhecimento que acredita estar incorreto ou no qual não crê. Assim, toda construção nas ciências sociais se propõe a capturar ou expor uma visão de como o mundo é, como ele funciona, pelo menos aproximadamente.

A saída encontrada pelos pós-positivistas para explicar o fato de eles criticarem metanarrativas, ao mesmo tempo em que propõem suas próprias metanarrativas sobre o mundo, é afirmar que eles não se colocam como conhecedores da verdade, e que eles querem

apenas convencer as pessoas que sua visão é mais atraente, mais explicativa, não a objetivamente verdadeira. Tal visão não remete a crença positivista que há um mundo externo com regras para serem descobertas e explicadas pelos cientistas, e sim que há um mundo socialmente construído do qual o pesquisador faz parte, o qual o pesquisador afeta e pelo qual é afetado.

Nota se, porém, que mesmo os teóricos do *mainstream* positivista das ciências sociais contemporâneas também reconhecem que seu trabalho não é a verdade, que pode ser refutado e que o máximo que ele pode defender é que sua visão é a mais atraente, mais explicativa. Porém, há uma crença implícita na descoberta de regras pela ciência e que se uma teoria é desbancada, isso ocorre por ela estar mais distante da verdade objetiva do que uma nova teoria. Ainda assim, tanto positivistas quanto pós-positivistas têm postura semelhante quanto ao valor narrativo, falho e limitado de suas construções acerca do mundo.

A este respeito, os principais estudiosos das relações internacionais não diferem marcadamente de pós-positivistas: ambos fazem afirmações sobre o mundo que pessoalmente, acreditam serem coerentes e pensam que podem convencer os outros que são as mais acuradas, mas ao mesmo tempo eles reconhecem as contingências de suas posições.

No entanto, seria errado afirmar que todos os pós-positivistas não são nada mais do que positivistas disfarçados, já que eles começam seus estudos e investigações a partir de diferentes pressupostos filosóficos e estudam fenômenos que os teóricos tradicionais geralmente expressam pouco interesse.

Porém, assim que os pesquisadores pós-positivistas começam a fazer declarações sobre como o mundo é, ou como acham que seja, já está envolvida a empiria para realizar tal exercício; estão fazendo afirmações que são efetivamente idênticas em espécie (embora geralmente não na essência) àquelas feitas pelos estudiosos tradicionais. O que podemos dizer é que os pós-positivistas usam da empiria com mais reconhecimento de sua subjetividade e contingência.

Para retornar à definição do positivismo dada no início, a pesquisa pós-positivista pode se dizer anti-objetivista, anti-naturalista e anti-empirista em suas reivindicações, mas não pode evitar o uso de evidências empíricas para ilustrar as suas afirmações explicativas e, portanto, sendo explicativo na natureza. Neste sentido, pode se perguntar se existe tal coisa como um argumento genuinamente pós-positivista.

Referências bibliograficas

BANKS, Michael, The Inter-Paradigm Debate, in Margot Light & A.J.R. Groom (Orgs.) International relations - A Handbook of Current Theory, London: Pinter, 1985.

CARR, Edward Hallett. Vinte Anos de Crise. Brasília: Editora UnB, 2001.

KEOHANE, Robert. International Institutions: Two Approaches. *In International Studies Quarterly*. Vol. 32, No. 4 (Dec., 1988), pp. 379-396. New York: Blackwell Publishing on Behalf of The International Studies Association.

KEOHANE, Robert & NYE, Joseph. Power and Interdependence: World Politics in Transition. Boston: Little-Brown, 1977.

LAPID, Yossef. The Third Debate: On the Prospects of International Theory in Post-Positivist Era. *International Studies Quartely*, v.33, n. 3, p. 235-254, 1989.

LOSEE, John. A Historical Introduction to the Philosophy of Science. Oxford University Press, 2001.

MACIVER, Robert Morrison. *Community: A Sociological Study*. Londres: Macmillan Press, 1917.

NOGUEIRA, João Pontes & MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais – Correntes e Debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

HOUGHTON, David Patrick. Positivism vs Postmodernism. *In International Politics*, 2008, 45, (115-128).

SMITH, Steve. Positivism and Beyond. In S. Smith, K. Booth and M. Zalewski (eds.) *International Theory: Positivism and Beyond*, New York: Cambridge University Press, 1996.

ANEXO I: "Os Catorze Pontos de Woodrow Wilson"

- 1. Acordos públicos, negociados publicamente, ou seja a abolição da diplomacia secreta;
- 2. Liberdade dos mares;
- 3. Eliminação das barreiras econômicas entre as nações;
- 4. Redução dos armamentos nacionais;
- 5. Redefinição da política colonialista, levando em consideração o interesse dos povos colonizados;
- 6. Retirada dos exércitos de ocupação da Rússia;
- 7. Restauração da independência da Bélgica;
- 8. Restituição da Alsácia-Lorena à França;
- 9. Reformulação das fronteiras italianas;
- 10. Reconhecimento do direito ao desenvolvimento autônomo dos povos da Áustria-Hungria;
- 11. Restauração da Romênia, da Sérvia e de Montenegro e direito de acesso ao mar para a Sérvia;
- 12. Reconhecimento do direito ao desenvolvimento autônomo do povo da Turquia e abertura permanente dos estreitos que ligam o Mar Negro ao Mediterrâneo;
- 13. Independência da Polônia; e
- 14. Criação da Liga das Nações, ou Sociedade das Nações.